

MOÇÃO

Município de São Brás de Alportel - ZONA LIVRE do TTIP/CETA/TISA

A celebração de tratados de livre comércio internacionais à revelia do esclarecimento dos cidadãos suscitam à partida dúvidas significativas quanto aos reais impactos que têm na vida de todos nós.

A manutenção da qualidade de vida e da preservação dos recursos naturais são preocupações transversais às sociedades presentes nos 6 continentes, pelo que importa acautelar medidas que globalmente garantam o futuro da humanidade.

Acresce que perda crescente de autonomia política, económica e financeira dos Estados e dos povos no contexto de uma mudança civilizacional, baseada na preponderância dos lucros de uns poucos em detrimento das pessoas e do ambiente, são ameaças que merecem a nossa atenção e ação.

A aplicação do *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), do *Comprehensive Economic & Trade Agreement* (CETA) e do *Trade in Services Agreement* (TISA), promovidos pela Comissão Europeia como um incentivo às trocas comerciais e negociados com os EUA, Canadá e países da Organização Mundial de Comércio, respetivamente, visam sobretudo desregulamentar o mercado e proteger os interesses económico-financeiros privados colocando-os acima dos direitos das pessoas e do planeta. E por isso só podem ser alvo de forte contestação dos cidadãos e cidadãs devido ao secretismo das negociações e pelo facto de proporem uma alteração radical de aspetos fulcrais do estado social.

Assim, considerando que os tratados em causa:

1. Constituem uma ameaça à democracia.

Através do mecanismo de proteção de investimento (ISDS/ICS) as multinacionais ficam acima dos Estados Soberanos através do estabelecimento de "tribunais arbitrais especiais para resolver conflitos entre empresas e Estados, permitindo às primeiras desrespeitar leis democraticamente aprovadas que defendem os direitos dos cidadãos". Através deste mecanismo passa a ser legal processar um estado em situações como a de aumentar o ordenado mínimo ou aprovar legislação que proteja a água ou o solo da poluição industrial. Apesar da indemnização ser paga com dinheiro dos contribuintes o processo decorre em segredo e o seu conteúdo não é tornado público. Os tribunais arbitrais não pertencem ao sistema judicial dos países, criando uma justiça paralela. Esta proposta não tem qualquer justificação de foro jurídico em estados democráticos de direito que se regem por normas e princípios democráticos idênticos. No fundo trata-se de enfraquecer a Justiça nacional e europeia e legalizar o

poder do sector privado para impedir o estado de promover e proteger o bem-estar das populações e os recursos que garantem a sua sobrevivência.

2.Ameaçam os serviços públicos.

Serão criados novos mercados nos serviços públicos (águas, a energia, os resíduos, etc.) que levam à liberalização e à privatização. A qualidade dos serviços vai piorar e os preços vão aumentar. Tornar-se-á muito difícil fazer esses serviços regressar ao controle público.

3.Ameaçam a saúde pública.

Está previsto que os tratados "privatizem serviços, estendam as patentes de medicamentos e aumentem os preços dos medicamentos, dificultando o seu acesso a medicamentos genéricos a preços mais baixos e aumentando os custos da saúde das populações de forma insustentável".

4.Ameaçam a segurança alimentar.

Através da harmonização ou do reconhecimento mútuo dos regulamentos alimentares, os padrões europeus serão nivelados pelos americanos, desaparecendo o princípio da precaução na aprovação de novas substâncias. As restrições europeias sobre OGMs, pesticidas, produtos tóxicos, carne com hormonas, entre outros, serão removidas. Aumentará a concessão de patentes de variedades utilizadas normalmente na alimentação e a variedade de sementes livres será cada vez mais reduzida, impossibilitando a agricultura familiar.

5.Ameaçam o ambiente.

A harmonização dos regulamentos baixará os níveis de protecção ambiental permitindo, por exemplo, o fracking na UE. Devido ao ISDS/ICS os recursos naturais deixarão de ser protegidos face aos interesses de maximização de lucros empresariais. Será impossível, por exemplo, ter políticas públicas que deixem os combustíveis fósseis no subsolo. Pelas mesmas razões a poluição deixa de poder ser limitada pelo estado, mesmo que tenha consequências graves quer para a saúde humana quer para o equilíbrio ecológico.

6.Ameaçam os direitos dos trabalhadores.

A concorrência colocará os EUA e a UE no ponto mais baixo da regulação laboral. Serão perdidos os direitos actuais (contratação, horário e segurança laborais, licenças de parto, etc.).

7.Ameaçam as PME.

O mercado é regulado apenas pela concorrência o que levará à extinção da diversidade empresarial. Só sobreviverão as grandes empresas com capacidade para baixar os custos de produção e investir em marketing e publicidade. O CETA abre o

mercado da UE não só às empresas canadianas como a todas com morada postal no Canadá.

8. Ameaçam a privacidade pessoal.

Serão reintroduzidos elementos centrais do Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA), projeto já rejeitado pelo Parlamento Europeu, na sequência de largos protestos populares. Tal permitirá aos fornecedores de serviços NET espiar e comercializar os dados dos utentes.

9. Ameaçam o controlo financeiro.

Serão removidos muitos dos controlos financeiros (como salvaguardas bancárias) introduzidos, no sentido de prevenir futuros desastres financeiros, desde 2008. Iniciativas cidadãs, como a Banca Ética ou as moedas sociais serão cada vez mais difíceis de implementar.

10. Constituem um perigoso modelo para o resto do mundo.

Os países periféricos e do sul ficarão sob uma enorme pressão pois, para manterem as oportunidades comerciais, terão de ceder à aplicação dos padrões propostos

Os membros da Assembleia Municipal presentes na Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, reunida em sessão ordinária a 23 de novembro de 2016, deliberam propor à Câmara Municipal de São Brás de Alportel, que, simbolicamente, declare o Município de São Brás de Alportel – Zona Livre do TTIP/CETA/TISA.

Deliberam ainda manifestar junto das entidades competentes a sua exigência de que qualquer acordo de comércio, agora ou no futuro, se realize através de um processo de negociação transparente capaz de fortalecer as instituições democráticas das partes envolvidas, que respeite os princípios nas áreas dos direitos humanos, soberania alimentar e desenvolvimento sustentado e não proponha mercadorização de serviços públicos ou de bens naturais comuns. Os interesses das pessoas e do planeta têm de se sobrepôr, de forma inquestionável, aos interesses dos grandes grupos económico-financeiros!

Por fim deliberam que deve ser dado conhecimento da presente moção a:

Presidência da República,

Governo da República,

Assembleia da República,

Deputados portugueses eleitos no Parlamento Europeu,

Comunicação social.